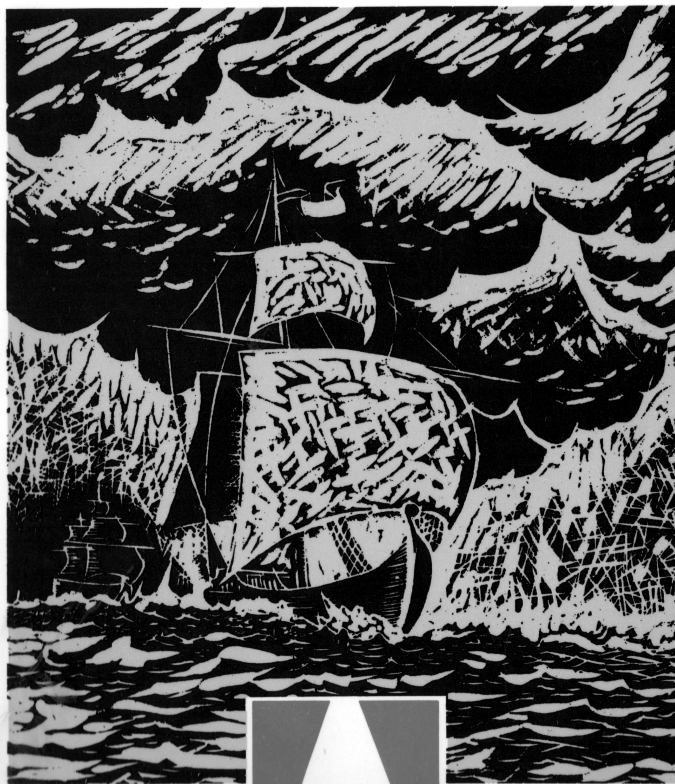


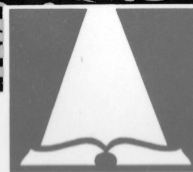
CLADE III

# NO PRINCÍPIO ERA O VERBO

Todo o Evangelho



**Encontro**  
EDITORA



EDITOR:  
VALDIR STEVERNAGEL

no entanto, alimenta-se de uma esperança escatológica: o Senhor completará sua obra de justiça com poder e não haverá mais injustiça na nova ordem que ele estabelecerá por toda a eternidade; chegará o dia em que ouviremos com nitidez: “Exultai sobre ela, ó céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a nossa causa” (Ap 18.20). E também: “O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará pelos séculos dos séculos” (Ap 11.15).

Este deve ser o combustível que nos mantém em ação aqui, neste tempo. O que quer que façamos agora deve honrar o nome de Deus. O que deixarmos de fazer será contra nós naquele dia. Somos portadores da causa da justiça, “porque o Senhor é justo, ele ama a justiça” (Sl 11.7).

## EVANGELHO E A POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Robinson Cavalcanti  
(Brasil)

*Agora, Senhor... concede-me sabedoria e conhecimento para que possa conduzir bem este povo... (2 Cr 1.10)*

### I. O Evangelho se faz político

A década de 80 assinala uma das mais profundas alterações nas relações entre a comunidade protestante e o poder político na América Latina: do preconceito e o medo para uma crescente presença em todas as esferas, apesar das substanciais diferenças de situações nas diversas igrejas, denominações e países.

Os evangélicos latino-americanos perceberam melhor que não são anjos, mas seres humanos normais, assumindo todas as dimensões e consequências de sua humanidade, terráquea e não celestial, histórica e não metafísica. Foram descobrindo o *mandato cultural* outorgado pelo Criador, qual seja, a administração deste planeta conforme os seus desígnios. O pecado é que levou o homem a não querer ser responsável pelo seu próximo e a cuidar do mundo de maneira distante do projeto divino. A conversão ao Senhor Jesus Cristo, a comunhão dos santos, a Palavra e o Espírito Santo não nos poderiam conduzir a uma irresponsabilidade maior, mas a uma busca sincera e sacrificial do resgate daquele mandato.

Os evangélicos latino-americanos lamentam que ainda haja em seu meio aqueles que procuram fugir da história pela elaboração de fantasias religiosas, exercícios metafísicos, doutrinas estranhas e exegeses mirabolantes.

Os evangélicos latino-americanos começam a se perguntar *para que* foram salvos, o que é ser, na prática, “sal” e “luz”, como seres vivos e agentes da vida, e não apenas pré-cadáveres cantantes. Começam a descobrir que ser politicamente ativo é sinal de maturidade de fé, que ser político é ser bíblico e que ser bíblico é ser político, se é que queremos levar a sério todo o conselho de Deus.

Os protestantes trouxeram para este continente, no século passado, um discurso civilizador, pretendendo trazer “uma fé superior, o progresso e a democracia”. Sofremos o impacto das controvérsias teológicas do Primeiro Mundo, do maniqueísmo da Guerra Fria, do obscurantismo da Doutrina da

Segurança Nacional. Crescemos, ascendemos socialmente e nos diversificamos.

Estamos a assumir o *mandato cultural* em um momento grave, no nível internacional, com um novo ciclo de acumulação de capital, de revitalização da hegemonia burguesa, de fragilização dos povos periféricos diante do único império que resta neste mundo. Um momento de perda de esperanças em uma sociedade mais fraterna e mais justa. Um momento de valorização do egoísmo e da competição, de um darwinismo social, da sobrevivência dos mais fortes e a legitimação da desigualdade e da exploração, que são as marcas do neoliberalismo. Um momento de aguda transição, em que as velhas coisas se foram e as novas coisas ainda estão por se construir.

Na última década vivenciamos um verdadeiro "avivamento político", com milhares de evangélicos candidatos e militantes partidários, sindicais, estudantis e comunitários, conselheiros, ministros, legisladores e executivos. A questão política entre nós nos anos 90 não é mais *se* devemos ou não participar das atividades políticas, mas *como, por que e para que* participar.

## II. Algumas lacunas preocupantes

Sabemos que a conversão não traz automaticamente a visão e o comportamento político corretos, mas que um *discipulado político* é necessário. Quanto a isso, a nossa trajetória recente parece ser marcada por algumas lacunas preocupantes que afetam a qualidade do desempenho:

1. A primeira lacuna é a do *conhecimento histórico*. Um povo sem passado é um povo sem futuro, e um povo sem futuro histórico é um povo sem identidade. A igreja cristã tem uma história que não foi feita apenas de implantação de igrejas, mas uma história social, econômica e política. Não passamos estes dois mil anos nas nuvens, mas na terra dos homens e entre os homens da terra. Há todo um rico acervo de episódios positivos a serem imitados e negativos a serem evitados.

O povo latino-americano, em geral, desconhece a sua história. O tema foi silenciado, obras não foram publicadas, estudos não foram difundidos - tudo para não "perturbar" a paz espiritual das pessoas, confundindo-se ignorância com inocência. Somos, então, condenados a começar do zero, a repetir erros, a não acumular experiências.

2. A segunda é a lacuna do *conhecimento bíblico-teológico*. O nosso conceito de Deus e de pessoa, de revelação e de providência, de providência e de missão, de igreja e de Reino de Deus, são condicionantes das nossas opções políticas. Não poderemos ir muito longe se nos autoidentificarmos como seres privilegiados, insensíveis diante dos dramas humanos.

Neste continente, temos silenciado ou ignorado os ensinamentos sociais das Sagradas Escrituras, platonizando os seus desafios. Nossos sistemas doutrinários têm aprisionado a Bíblia e não deixamos o povo praticar o

livre exame, princípio basilar da Reforma. Corremos, então, o risco de ser politicamente deformados pela adoração de um Deus fora da História e pela formação de um povo que não sabe o que fazer com a História.

3. A terceira lacuna é a do *conhecimento ético*. Talvez devêssemos começar por imaginar quais seriam os padrões políticos da Ordem Perfeita da Criação, o Éden, e da Ordem Perfeita da Restauração, a Nova Jerusalém, contrastando-os com a realidade histórica e como podemos buscar uma aproximação possível àqueles padrões. Não podemos implementar a totalidade do Reino por nós mesmos, mas muito poderemos implementar da *possibilidade*, da *parcialidade*, da *antecipação* e dos *sinais* desse Reino.

Nossa tradição não é somente a de uma leitura individualista e intimista das Escrituras, mas também da elaboração de uma ética reducionista, individualista, moralista e para as micro-relações, que se traduz em um legalismo negativista. Falta a construção de uma ética social e de uma ética para as macro-relações (empresa, Estado, etc.). Uma ética positiva, em que os cristãos sejam julgados pelo que afirmam e fazem e não pelo que negam e deixam de fazer, evitando o dualismo espiritual entre a "piedade" nas micro-relações e a "mundanidade" nas macro-relações.

Não havendo espaços vazios em ética, e não havendo elaboração cristã, este espaço será automaticamente preenchido pela ética secular, pela cultura política dos nossos países. Sem essa elaboração, arriscamo-nos a partir para a militância política apenas em busca de status, poder, prestígio ou vantagens materiais para as nossas igrejas, para uma prática constantiniana que tanto havíamos condenado na Igreja Católica Romana e para um cooperativismo e um clientelismo que tanto condenamos nos políticos seculares.

Estamos convencidos de que não há futuro (nem presente) para os que desconhecem, desvalorizam, renegam ou espiritualizam o seu passado, os ensinamentos políticos da Palavra de Deus e a construção, teórica e prática, de uma *ética política*, expressão mais abrangente do compromisso ético do convertido.

## III. Conhecer para agir

Creemos, também, que quatro conhecimentos adicionais são de inevitável importância para que o Evangelho se faça político na América Latina:

1. O conhecimento do nosso *espaço de atuação*. O ator político cristão deve conhecer a realidade problemática deste continente, dos seus países e regiões. Deve ser alguém *contextualizado*, ou seja, ter a cara do seu povo e carregar o sofrimento do povo.

A imagem de um inseguro, desconhecedor dos problemas ou demasiadamente estrangeirizado não ajudará o testemunho do cristão político, que deve ter uma biografia de inserção e de compromisso, e não de alguém que

apareceu às vésperas das eleições e que, provavelmente, voltará a desaparecer se as perder.

2. O conhecimento dos nossos *condicionamentos e interesses pessoais*. O ator político cristão deverá reconhecer que é fruto de condicionamentos, alguns dos quais a serem revisados. Cada um tem sua herança, sua história, suas leituras, suas viagens, seus traumas, suas influências de família, etnia, classe social ou grupo religioso. É por isso que somos o que somos, e não de outro modo. Esta percepção nos torna mais capazes de respeitar o ponto de vista dos outros.

Nossas opções políticas são conflitantes, contrastantes, diferentes, porque nossas percepções, preconceitos, interesses e vínculos de classe tantas vezes falam mais alto do que os nossos vínculos eclesiais, e somente o processo histórico é que irá dizer quem tinha razão.

3. O conhecimento das *Ciências Humanas*. Uma abertura evangélica para as Ciências Humanas, especialmente as Ciências Sociais, se constituiria em um salto de qualidade do protestantismo latino-americano em direção à maturidade e à relevância. Esse conhecimento possibilitaria uma mais adequada compreensão da realidade e a elaboração de processos de intervenção nessa realidade, auxiliando-nos a ultrapassar as meras percepções emocionais, tradicionais e do senso comum. Afinal, pelo ensino apostólico, nós conhecemos a vontade de Deus pela "renovação do entendimento".

Em nosso antiintelectualismo, temos erguido proteções mentais para nos proteger da insegurança causada pelos questionamentos desse ramo do conhecimento científico, por temermos uma aproximação quando somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos do seu estudo, quando, ao contrário, elas deveriam ser consideradas como ferramentas imprescindíveis para o labor teológico.

4. O conhecimento das *ideologias contemporâneas*. Se não há quem seja *apolítico*, também não há quem seja *aideológico*. A negação da ideologia já é, em si, uma ideologia. Não há quem não se mova dentro de uma cosmovisão, de um sistema de compreensão do real e de uma intervenção sobre o real com diversos graus de elaboração, desde os mais imobilistas e reacionários até os mais inovadores e revolucionários.

Enquanto que a ciência é um discurso para desvendar o social, a ideologia é um discurso alusivo à preservação ou à transformação do mesmo. É preciso conhecê-las para optar, para defender ou atacar, para manter ou inovar.

O cristão não pode transformar a ideologia em um credo nem o partido em uma igreja, pois ele tem uma consciência crítica e uma consciência de transitoriedade e das limitações das ideologias. Mas o cristão, de igual modo, deve reconhecer a importância, a necessidade e a inevitabilidade das ideologias para a sua ação política.

O conhecimento de *espaço e atuação*, dos *condicionamentos e interesses pessoais*, das *Ciências Sociais* e das *ideologias contemporâneas*

possibilitará aos cristãos melhores condições para superar suas lacunas históricas, bíblico-teológicas e éticas.

#### IV. Uma agenda para a ação

Na política, os cristãos se movem a partir do compromisso com os valores do Reino de Deus, ou, como nos ensinava um reformador, procurando "aproximar as leis dos homens da Lei de Deus". Valores e ideais que têm sido promovidos na história em forma de modelos, sistemas, regimes e instituições. A *Declaração de Jarabacoa* destaca, entre outros, o valor da pessoa humana, a verdade, a liberdade, a justiça, a paz, a solidariedade e a democracia. As instituições políticas devem ser postas a serviço desses valores.

Se atentarmos para as históricas *Declarações de Direito*, veremos que aquelas bandeiras, nutridas na ética cristã, deveriam ter sido desfraldadas pelos cristãos; mas, por nos termos calado, ou então omitido, as pedras, mesmo imperfeitas, clamaram.

Gostaríamos ainda de destacar três áreas prioritárias para a preocupação política dos cristãos latino-americanos de hoje:

1. A busca de uma *nova ordem internacional* capaz de garantir efetivamente o direito à igualdade entre os países e a sua autodeterminação e integração não subalterna. Finda a Guerra Fria, esfriadas as paixões maniqueístas, redescobre-se o satânico do lado de cá, e que o abismo Leste-Oeste é substituído pelo abismo Norte-Sul, cabendo aos cristãos a opção dos seus sofridos povos, e não por César.

2. A busca de um *desenvolvimento* que respeite a *natureza*, que se dê em harmonia com o ecossistema. Carecemos de uma Ecoteologia que nos leve a pensar na exaustão dos recursos naturais e no desperdício, na fome e na superprodução de alimentos, na corrida armamentista, agora cada vez mais absurda, e nas carências básicas de milhões de seres humanos, e a nos comprometernos com a qualidade de vida e com a distribuição do fruto da terra aos que vivem na terra, particularmente aos que vivem da terra.

3. A busca da consolidação da *democracia*. Política, econômica e social. A divisão de poderes, a representação e a fiscalização popular - ideal ainda tão distante da América Latina - permitem um controle mútuo entre os pecadores, evitando os seus excessos. Democracia implica em direitos civis, políticos e humanos, em liberdade, pluralismo, mecanismos de participação, igualdade de oportunidades, desconcentração do saber, do poder da renda e da propriedade, em que os cidadãos sejam sujeitos e não meros objetos de sua história. Ou seja, tudo aquilo de que os nossos povos precisam e que as nossas oligarquias negam.

Sabemos que a *política interna* de qualquer grupo ou organização sinaliza a sua proposta para a política na sociedade como um todo, seja ela

autocrática ou democrática. O caudilhismo, a censura, a discriminação, a intolerância e o desrespeito à privacidade que marcam a subcultura protestante latino-americana são extremamente preocupantes diante da nossa crescente presença na vida política. Queira Deus que os nossos países não sejam transformados em novas e repressivas teocracias cheias de fogueiras, de cujas chamas se ouvirão os gritos de dor dos novos Servetus, inclusive evangélicos. A identificação do Evangelho com uma subcultura repressora, exótica e anacrônica se constitui em um dos maiores obstáculos à aceitação pelo povo da nossa presença política.

Se o regime democrático pressupõe partidos políticos sólidos e nítidos, é preocupante a desvalorização retórica dos evangélicos em relação aos mesmos. Desvalorização retórica porque, na prática, a maioria dos que se filiam e/ou se candidatam fazem-no por partidos ideologicamente conservadores, comprometidos com a manutenção do status quo. Isto dificilmente significa "boas novas" para os despossuídos e os marginalizados, as boas novas de que o bem é possível.

4. A busca da *reconstrução das utopias*. Inauguramos a era pós-secular, com o fim da crença em um homem bom, construtor de um progresso infinito, com o auxílio de um saber científico ilimitado. Sabemos que a esperança cristã não repousa em *utopias*, mas sim na *parousia*, na consumação dos séculos. As utopias, contudo, existem como alimento para os sonhos e para as justas aspirações dos seres humanos pela superação da negatividade dos sistemas em que vivem. Elas inspiram programas, motivam organizações e movem os corações dos inconformados com este mundo, contribuindo para fazer avançar a História. As utopias não podem ser absolutizadas, mas sem elas só resta o desespero e o cinismo.

Nas atuais circunstâncias, a encarnação política do Evangelho requer, decididamente, uma reelaboração das teorias e utopias sociais à luz dos valores do Reino e do interesse dos nossos povos, que explicitem propostas e causas pelas quais valha a pena viver e morrer.

## V. Passos para a ação

A ação política, ao contrário das outras expressões da ação social (a filantropia e os projetos comunitários), busca o macro e o estrutural e o causal, e não o micro, o conjuntural e o conseqüencial. Esta ação se dá ao nível dos cristãos como indivíduos, pela igreja como instituição e pelas entidades intereclesiais, movidos pelos mesmos princípios, na diversidade de suas vocações, carismas, necessidades e possibilidades.

A encarnação política do Evangelho requer dos cristãos uma *consciência* de sua cidadania terrena, superando o individualismo e o isolacionismo, promovendo o bem comum, em uma *atitude* permanente de disponibilidade para participar e servir, não só na contingência da atividade partidária ou na eventualidade das eleições, mas na integração cotidiana nos movimentos

sociais. A alienação, a insensibilidade e o comodismo são pecados. Como pecados são as pseudo-soluções teocráticas, o constantinismo, o herodianismo e os projetos de neocristandade. Não podemos, igualmente, absolutizar episódios do passado, seja o reinado de Davi, a ditadura de Cromwell ou a Constituição da Filadélfia.

Os negros, os indígenas, as mulheres, os marginalizados, as crianças e os velhos abandonados, os favelados, os torturados, os sem-teto, sem-terra, sem-pão e sem-esperança aguardam as respostas dos cristãos, implementáveis na nossa ampla co-beligerância com os demais cidadãos, debaixo da Graça Comum.

Os povos da América Latina esperam de nós a atitude de companheiros de luta, sofrimentos e esperança. Não podemos deixar que os nossos privilégios e preconceitos nos tornem indiferentes ou reacionários, altruístas e não egoístas em nossa militância. Devemos ter claro em nossas mentes um desenho ideal do país, em cuja busca esteja sempre presente a previsão de martírio, pelo enfrentamento aos poderosos e pela solidariedade aos sem-voz e sem-vez, e não a previsão de um lugar nos banquetes dos reis.

As nossas opções teológicas condicionarão as nossas ações. Cremos que a encarnação política do Evangelho requer, de forma urgente e inadiável, a superação do conflito clássico entre "Religião de Salvação" e "religião de Libertação", pois a verdadeira salvação deve conduzir a uma prática histórica libertadora e a verdadeira libertação histórica deve ser conduzida pelos que nasceram de novo. A encarnação política do Evangelho requer, também, a maturidade emocional que integra o espiritual ou o histórico, pois a experiência tem demonstrado que a mera batalha histórica, sem batalha espiritual, é batalha estéril, e o seu resultado é frustração; e que a mera batalha espiritual, sem batalha histórica, é batalha histórica, e o seu resultado é alienação.

A *teologia da missão integral da igreja* vinha elaborando essa síntese acima de tudo bíblica, entre adoração, proclamação, edificação, serviço, profetismo e compromisso com a vida. Uma *teologia holística* superando o dogmatismo, o emocionalismo e o ativismo, mas que, ultimamente, vem padecendo, em alguns dos seus setores, de reticências, dubiedades, recuos diante dos desafios da prática histórica, por esta implicar em opções claras e riscos inevitáveis, em um preço que os defensores de um profetismo meramente retórico e pretensamente aideológico não querem pagar. A mensagem aideológica é aquela que facilita a passagem dos camelos pelas agulhas, considera a miséria do nosso povo apenas fruto do seu pecado e a opulência da classe dominante sinal das bênçãos divinas, e os zaqueus por ela atingidos nunca, nada e a ninguém devolvem o defraudado.

Cremos, também, que só uma igreja como comunidade terapêutica pode pretender ser modelo de organização social e terapia política para os seus povos, o que implica uma reconciliação com a natureza, o lazer, o prazer e a alegria, e a superação de qualquer manifestação de ascetismo mórbido. Um corpo político saudável pressupõe uma saudável política do corpo.

Um congresso, para que não seja mais um encontro meramente social, nostálgico, afetivo, mas uma real contribuição para a construção do futuro, deve desafiar os cristãos integrais da América Latina, sem tutelas forâneas ou importações de modelos, a construir um continente livre do medo e da fome, onde não haja governos sem o consentimento dos governados, em que todos comam o seu pão com o suor do seu rosto, e que a ninguém falte o direito de suar pelo pão, e que ninguém coma do pão com o suor do rosto do seu próximo. Promovendo uma aproximação da História com o céu, e não o seu distanciamento. Assim o Evangelho não será uma alienação ou uma abstração, mas habitará entre nós, feito carne, “cheio de graça e de verdade”.

## O EVANGELHO DA NOVA CRIAÇÃO

Juan Stam  
(EUA/Costa Rica)

A Bíblia começa e termina com o mesmo tema. Toda a sua mensagem se desenvolve entre dois relatos da criação, desde Gênesis 1.1 (“No princípio criou Deus os céus e a terra”), passando por Isaías 65.17 (“Pois eis que eu crio novos céus e nova terra”), até Apocalipse 21.1 (“Vi novo céu e nova terra”). A coincidência quase exata da terminologia (com apenas uma diferença básica: o adjetivo “novo”) não pode ser casualidade. Indica claramente que toda a Bíblia narra a caminhada desde a criação original até a criação final, que culminará com a ação redentora de Deus.

O ensinamento bíblico sobre a criação não se restringe aos dois primeiros capítulos de Gênesis, como muitos parecem pensar, nem é uma formulação única, fixa e estática. É um conceito que vai crescendo através dos séculos, variando sua linguagem e suas figuras e assumindo as mais inesperadas nuances de significado. Nesse processo dinâmico, o tema da criação sempre vem inseparavelmente vinculado ao desenrolar da mensagem bíblica da salvação.

Justamente por isso, a tese deste trabalho será a seguinte: *não pode haver uma missiologia saudável, bíblica e evangélica, à parte de uma adequada teologia da criação.*

### I. Criação e salvação

*Problemática da teologia da Criação:* Tal como acontece com outros ensinamentos bíblicos, nossas idéias sobre a criação acabam distando muito do pensamento bíblico. Esta distorção obedece a várias causas: (a) Concentrar-se exclusivamente em Gênesis 1 a 3, isolando-se dos demais ensinamentos bíblicos a esse respeito e da prometida nova criação; (b) Entender erroneamente o conceito de criação como algo estático e não como uma realidade dinâmica em constante desenvolvimento e mudança; (c) Interpretar Gênesis 1 a 3 dentro de nossa moderna mentalidade científica, ao invés da realidade e problemática pré-científica de sua época; e, portanto, (d) Interpretar Gênesis 1 a 3 exclusivamente como polêmica antievolucionista; e, finalmente, (e) Divorciar reciprocamente criação e salvação.

Para entender biblicamente a criação, será necessário superar estes erros tradicionais. Teremos que buscar cuidadosamente, com a maior fide-

